



AZ@BXL



Número: 252 Data: 2022.12.09

No título: [Ponta do Queimado](#), ilha Terceira

Nota: Inserido na Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Planalto Central e Costa Noroeste, deste miradouro poderá visualizar o processo de colonização de campos de lava por matos costeiros de urze (*Erica azorica*).

Também a ave marinha mais abundante nos Açores, o cagarro (*Calonectris borealis*), encontra nestas falésias o *habitat* ideal para se reproduzir. Contemple ainda o oceano onde poderá avistar a ilha Graciosa.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Relatório Anual de perspectiva dos mercados agrícolas 2022-2032](#)

[Conselho e Parlamento fecham acordo provisório para reduzir a desflorestação em todo o mundo](#)

[ETS Aviação: Conselho e Parlamento fecham acordo provisório para reduzir emissões de voos](#)

[Fiscalidade: Adotar a transição digital para ajudar a combater a fraude ao IVA e apoiar as empresas da UE](#)

[Em 2023-2024 a UE vai investir 13,5 mil milhões de euros na investigação e inovação](#)

["Guião para a Década Digital": Conselho adota programa fundamental para a transformação digital da UE](#)



11 e 12 de dezembro



Conselho (Agricultura e Pescas)

Tal como acontece todos os anos em dezembro, os ministros da Agricultura e das Pescas [reunir-se-ão](#) para chegar a um acordo político sobre os **direitos de pesca para 2023** nas águas da UE e fora da UE, no Atlântico, no mar do Norte, no Mediterrâneo e no mar Negro. A decisão do Conselho [basear-se-á](#) numa proposta elaborada pela Comissão Europeia, tendo em conta os melhores pareceres científicos disponíveis, os objetivos da política comum das pescas (PCP) e o rendimento máximo sustentável (RMS) fixado para cada espécie.

Os ministros [debaterão](#) a **atual situação do mercado nos Estados-Membros**, especialmente à luz da guerra em curso da Rússia contra a Ucrânia. Os ministros deverão salientar os elevados preços dos fatores de produção, bem como a crise da energia e dos fertilizantes e a pressão que a crise exerce sobre os agricultores e os consumidores.

A Comissão informará os ministros sobre a **avaliação da legislação da UE em matéria de bem-estar dos animais**, antes da apresentação da proposta da Comissão em 2023. Os ministros deverão trocar pontos de vista sobre a necessidade de rever a legislação em vigor o mais rapidamente possível, a fim de alcançar um nível ótimo de bem-estar dos animais na UE. A Presidência informará os ministros sobre o ponto da situação do regulamento relativo às indicações geográficas e aos regimes de qualidade em toda a UE. Os ministros serão informados sobre o ponto da situação da diretiva relativa à utilização sustentável dos pesticidas.

Poderá acompanhar [aqui](#) os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

12 de dezembro



Reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Parceria Oriental

A [reunião](#) ministerial da Parceria Oriental juntará os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e os seus homólogos de cinco dos seis países da Parceria Oriental (**Arménia, Azerbaijão, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia**), sob a direção de Josep Borrell, alto representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. A reunião contará também com a participação do comissário europeu Olivér Várhelyi.

As partes interessadas envolvidas na execução da Parceria Oriental – a Assembleia Parlamentar Euronest, o Comité das Regiões Europeu/CORLEAP, o Comité Económico e Social Europeu, o Fórum da Sociedade Civil da Parceria Oriental, bem como o Banco Europeu de Investimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento – terão a oportunidade de intervir na reunião.

12 a 15 de dezembro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Na última [sessão plenária](#) do ano serão analisados vários [tópicos](#), entre os quais, a atribuição ao [Povo ucraniano do Prémio Sakharov 2022](#); a discussão sobre as exigências e expectativas para a cimeira da UE de 15 de dezembro; o debate e votação de uma nova lei para acelerar a concessão de licenças para novas centrais de energias renováveis, tais como painéis solares ou geradores eólicos; um debate sobre a situação humanitária na Ucrânia devido aos bombardeamentos russos a infraestruturas críticas e ao 90º aniversário do massacre de Holodomor; um debate com o primeiro-ministro esloveno Robert Golob sobre as perspetivas sobre o futuro da União Europeia; a aprovação de um envelope de 718,5 milhões de euros para o Fundo de Solidariedade da UE, na sequência de catástrofes naturais em sete países da UE em 2021; uma avaliação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas COP27, que teve lugar em Sharm el Sheik de 6 a 19 de novembro; e, o debate e votação da proposta de resolução sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da EU, cuja relatora é a eurodeputada Isabel Carvalhais (S&D, PT).

13 de dezembro



Workshop Fusões Digitais

A Comissão realizará um [workshop](#) sobre fusões digitais no dia 13 de dezembro de 2022. O workshop será um fórum para discussões abertas sobre a avaliação de fusões na economia digital. Abordará a prática emergente de tomada de decisão e fomentará reflexões sobre as especificidades da análise de transações em mercados digitais.

As características particulares dos mercados digitais tendem a amplificar eventuais efeitos anticompetitivos das aquisições. Os fortes efeitos de rede, as vantagens geradas pelo acesso aos dados, os “riscos de tombamento” em favor de um único player ou o surgimento de ecossistemas digitais são aspectos importantes que requerem avaliação criteriosa na análise das transações.

O workshop reunirá especialistas em concorrência, académicos e representantes empresariais, podendo efetuar o seu registo [aqui](#), para participação presencial ou em linha.



Conselho dos Assuntos Gerais

O Conselho [procurará](#) chegar a uma orientação geral sobre o regulamento relativo à transparência e ao direcionamento da propaganda política. Os ministros prosseguirão os preparativos para a reunião do Conselho Europeu de 15-16 de dezembro de 2022 com a análise do projeto de conclusões. No âmbito do diálogo anual sobre o Estado de direito, os ministros realizarão um debate específico por país. Centrar-se-ão nos principais desenvolvimentos na Polónia, em Portugal, na Roménia, na Eslovénia e na Suécia.

Está previsto que o Conselho aprove a declaração conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2023-2024. A Presidência checa e a próxima Presidência sueca apresentarão o roteiro para o Semestre Europeu de 2023.



Reunião extraordinária do Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

O principal ponto da ordem do dia da reunião dos ministros da Energia da UE [será](#) uma [proposta de regulamento do Conselho relativo a um mecanismo temporário de correção do mercado do gás](#).

A proposta consiste numa medida de emergência temporária baseada no artigo 122.º do Tratado, que introduz um mecanismo de correção do mercado no que toca ao preço de determinadas transferências de gás no mercado de transferência de títulos (Title Transfer Facility – TTF), que poderá ser acionado e desativado quando estiverem reunidas determinadas condições no mercado e que poderá ser suspenso, se necessário.

13 e 14 de dezembro



Info Days Horizonte Europa - Cluster 6

A Comissão Europeia nos dias 13 e 14 de dezembro de 2022 [organizará Info Days](#) para apresentar o programa de trabalho Horizonte Europa 2023, com especial atenção para os temas do Cluster 6 (Alimentação, Bioeconomia, Recursos Naturais, Agricultura e Ambiente).

Os *Info Days* darão aos potenciais candidatos a oportunidade de aprender mais sobre as oportunidades de financiamento no âmbito do novo programa de trabalho.

Os *Info Days* do Cluster 6 decorrerão virtualmente, com duração de dois dias. Depois de uma sessão plenária definir o contexto político geral, as sessões temáticas abrangerão cada um dos sete “destinos” do programa de trabalho do Horizonte Europa. Para encerrar, os candidatos receberão informações práticas e “dicas” para preparar suas propostas de projetos.

Até 14 de dezembro



Ano Europeu das Competências 2023

A Comissão Europeia [abriu](#) um período para apresentação de comentários em relação à proposta de Decisão de tornar o ano de 2023 o ano europeu dedicado às competências. Está, assim, aberto período mínimo de 8 semanas para apresentar comentários sobre este ato. Todos os comentários recebidos serão coligidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.



Cimeira comemorativa UE-ASEAN

Esta [primeira cimeira](#) entre os líderes da UE e dos estados membros da ASEAN marca 45 anos de relações diplomáticas. O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e o Presidente da ASEAN em 2022, o Primeiro-Ministro do Camboja, Hun Sen, copresidirão à cimeira comemorativa UE-ASEAN.

A cimeira é uma oportunidade para reafirmar o compromisso da UE e dos seus Estados-Membros com a parceria estratégica UE-ASEAN e espera-se que os líderes emitam uma declaração conjunta no final da Cimeira.

Até 15 de dezembro



Painel de Avaliação da Justiça na UE de 2023 - Comunicação

Os sistemas judiciais eficazes desempenham um papel essencial na aplicação da legislação da UE e na preservação do Estado de direito e dos valores nos quais a UE se alicerça.

O Painel de Avaliação da Justiça na UE, além de apresentar uma panorâmica anual dos indicadores relativos à eficácia dos sistemas judiciais, ou seja a sua eficiência, a sua qualidade e a sua independência, ajuda os Estados-Membros a melhorar a eficácia dos seus próprios sistemas judiciais. O carregamento das informações pelas partes interessadas deverá ser realizado [aqui](#).



Conselho Europeu

No último Conselho Europeu de 2022 sob Presidência da Tchécua constam da agenda provisória os seguintes temas: Ucrânia/Rússia; Energia e economia; Segurança e defesa; Vizinhança Meridional; e, Relações externas.

Poderá encontrar mais informação sobre esta reunião do Conselho Europeu [aqui](#).

Até 16 de dezembro



Conceção ecológica — Comissão Europeia vai examinar a necessidade de novas regras sobre o impacto ambiental da energia fotovoltaica

Dado o papel que os produtos fotovoltaicos deverão desempenhar na descarbonização do sistema energético da UE, é essencial que os produtos recém-instalados na UE sejam respeitadores do ambiente. Por conseguinte, a Comissão está a [avaliar](#) a necessidade de regulamentação para gerir os impactos ambientais dos produtos fotovoltaicos. O novo regulamento deverá ser adotado pela Comissão Europeia no segundo trimestre de 2023.



Etiquetagem energética — Comissão Europeia vai examinar a necessidade de novas regras sobre o impacto ambiental da energia fotovoltaica

Dado o papel previsto para os produtos fotovoltaicos na descarbonização do sistema energético da UE, é essencial que os produtos a instalar na UE sejam respeitadores do ambiente. Por conseguinte, a Comissão está a [avaliar](#) a necessidade de regulamentação para gerir os impactos ambientais dos produtos fotovoltaicos.

Até 21 de dezembro



Defesa do consumidor — reforço da cooperação em matéria de aplicação da legislação

A digitalização dos mercados de consumo e os novos modelos empresariais colocam novos desafios à aplicação da legislação da UE em matéria de defesa do consumidor. As autoridades de defesa do consumidor e a Comissão devem cooperar estreitamente para combater de forma eficaz as práticas comerciais além-fronteiras não conformes. É fundamental dar uma resposta flexível, desencorajante, eficaz em termos de custos e rápida, em especial se as infrações forem generalizadas ou afetarem setores inteiros.

A presente iniciativa introduz alterações específicas ao Regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor com vista a responder a estas questões. Todas as partes interessadas [podem](#) contribuir para esta consulta pública ao carregarem os seus contributos até ao dia 21 de dezembro. A proposta de regulamento deverá ser adotada pela Comissão Europeia no primeiro semestre de 2023.



Jornalismo: candidaturas ao programa #EUinMyRegion Media Trips

É jornalista e trabalha numa região da UE? Gostaria de saber mais sobre a política de coesão, os fundos e as políticas da UE? Se assim for, está convidado a [candidatar-se](#) ao programa de estudo [#EUinMyRegion Media Trips](#). O convite está aberto a todos os jornalistas de âmbito local e regional até às 15h00 (hora dos Açores) de 21 de dezembro de 2022. O programa inclui sessões de formação à distância e uma visita de estudo a Bruxelas. Dará informações sobre as instituições da UE e respetivas estruturas e procedimentos, a política de coesão e a forma como a UE trata a fraude e a má gestão dos fundos.

A primeira visita de estudo a Bruxelas terá lugar em 2 e 3 de fevereiro de 2023. Serão organizadas duas outras visitas em março e abril. Prevê-se que cerca de 40 jornalistas participem em cada visita de estudo. A Comissão cobrirá as despesas de deslocação e alojamento decorrentes da participação no programa.



Cartão Europeu de Deficiência – Convite à apresentação de comentários

O cartão europeu de deficiência facilitará a livre circulação das pessoas com deficiência na UE. Com este cartão, a condição de deficiência reconhecida num país da UE também deverá ser reconhecida noutros países, dando ao titular acesso em condições preferenciais a certos serviços em toda a UE. Deverá basear-se no projeto-piloto do cartão europeu de deficiência (que abrange a cultura, o lazer, o desporto e os transportes) e aplicar-se a uma gama mais vasta de serviços. Poderá também incorporar o cartão de estacionamento da UE para pessoas com deficiência. Mais informações [aqui](#).

Até 6 de janeiro



Alteração do Regulamento QFP 2021-2027 para apoio à Ucrânia

Está aberto um [período de carregamento de comentários](#) em relação à proposta de alteração do Regulamento referente ao Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo. Os comentários recebidos serão publicados, pelo que devem respeitar as [regras aplicáveis a comentários e sugestões](#).

Até 9 de janeiro



Serviços turísticos — iniciativa de arrendamento de curta duração

Esta [iniciativa](#) tem por objetivo fomentar um crescimento responsável, justo e fiável dos arrendamentos a curto prazo como parte de um ecossistema turístico equilibrado. Visa igualmente assegurar condições de concorrência equitativas para todos os prestadores de serviços de alojamento e responder às muitas partes interessadas que pediram uma ação a nível da UE neste domínio. A iniciativa implicará a oferta de soluções equilibradas para as cidades, os fornecedores e as plataformas de arrendamento de curta duração entre pares e profissionais, beneficiando, em particular, as pequenas e médias empresas. A proposta de regulamento será adotada em 2023.



Poluição da água – Regras da UE em matéria de tratamento de águas residuais urbanas (atualização)

Garantir que as águas residuais urbanas são limpas e seguras é fundamental para proteger a saúde pública e o ambiente. Esta componente essencial da política da UE no domínio da água é abrangida pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta [iniciativa](#) procederá à revisão da diretiva após uma avaliação recente da mesma ter identificado algumas insuficiências e novas necessidades da sociedade, às quais deve ser dada resposta.



Qualidade do ar — revisão das regras da UE

O ar limpo é essencial para a saúde humana e ambiental. Para o efeito, a UE estabelece normas para evitar a acumulação de concentrações excessivas de poluição. No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a UE está a rever estas normas, a fim de as aproximar das recomendações da Organização Mundial da Saúde. Visa igualmente melhorar o conjunto de legislação da UE em matéria de ar limpo, com base nos ensinamentos retirados da avaliação («balanço da qualidade») das regras da UE neste domínio, realizada no ano passado. Os [contributos](#) relativos a esta proposta de Diretiva podem ser carregados até ao dia 9 de janeiro.

Até 10 de janeiro



Convite à apresentação de propostas de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão

A Comissão Europeia lançou o [6º convite à apresentação de propostas](#) de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão, com um orçamento global de 7 milhões de euros. Os meios de comunicação social, bem como as universidades, agências de comunicação e outras entidades privadas e organismos públicos são convidados a apresentar as suas propostas para reportagens editorialmente independentes sobre a Política de Coesão. A Comissão cobrirá 80% do custo dos projetos, com subvenções até 300 mil euros para os beneficiários selecionados. O prazo de candidatura termina às 17:00 CET, 10 de janeiro de 2023.



Consulta pública sobre a revisão do Regulamento *de minimis*

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a revisão do Regulamento *de minimis*, que decorrerá até ao próximo dia 10 de Janeiro de 2023. A Comissão propõe-se rever o limiar de *de minimis* para o adaptar ao contexto económico atual e a melhorar os requisitos de transparência. Estas alterações traduzem-se no texto do regulamento [proposto](#), que está sujeito à presente consulta pública, podendo consultar [aqui](#) a nota explicativa que acompanha a proposta de revisão do Regulamento.

Até 11 de janeiro



Revisão das regras da UE em matéria de materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos

A política da UE em matéria de segurança dos alimentos inclui regras relativas aos materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos (p. ex., embalagens de alimentos, artigos de cozinha e de mesa e equipamentos para transformação de alimentos). Esta iniciativa visa modernizar as regras, a fim de: garantir a segurança dos alimentos e um elevado nível de proteção da saúde pública; reduzir a presença e a utilização de produtos químicos perigosos; ter em conta os conhecimentos científicos e tecnológicos mais recentes; apoiar a inovação e a sustentabilidade através da promoção de soluções reutilizáveis e recicláveis seguras, ajudando a reduzir o impacto ambiental do setor.

O [período de submissão de contributos](#) para esta consulta pública encerra a 11 de janeiro. A Comissão Europeia planeia publicar a proposta de regulamento no segundo trimestre de 2023.

Até 13 de janeiro



Revisão da Comunicação da Comissão relativa à definição de mercado relevante para efeitos do direito comunitário da concorrência

A Comissão Europeia lançou, a 8 de novembro, uma consulta pública sobre o [projeto de revisão da Comunicação relativa à definição de mercado](#). A Comunicação relativa à definição de mercado está a ser revista pela primeira vez desde a sua adoção em 1997, para ter em conta a evolução significativa dos últimos anos, em especial a digitalização e as novas formas de oferta de bens e serviços, e a fim de refletir a natureza interligada e globalizada das trocas comerciais.

A Consulta decorrerá até ao próximo dia 13 de janeiro de 2023. Mais informações sobre a consulta poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de janeiro



Prémio de Gestão de Solos e Terras

O [convite à apresentação de candidaturas](#) estará aberto até ao dia 15 de janeiro. O [prémio](#) é atribuído todos os anos ao vencedor durante o Fórum para o Futuro da Agricultura, que se realiza em Bruxelas. A iniciativa premeia as práticas de gestão do solo que atenuam as ameaças do solo, ou seja, degradação do solo, erosão, redução do teor de matéria orgânica, contaminação difusa e compactação, bem como a redução da biodiversidade do solo, salinização, impermeabilização, inundação e deslizamento de terras. Quem pode candidatar-se? Agricultores, proprietários de terras, gestores de terras, grupos de agricultores, por conta própria ou em colaboração com institutos de investigação, universidades e/ou empresas privadas.

Atenção: a candidatura deve ser preenchida preferencialmente em inglês. Se a candidatura for redigida noutra língua, deve ser anexado um resumo bem estruturado do projeto em inglês. O projeto terá de ser submetido via e-mail ao Coordenador do Prémio em Emmanuelle.mikosz@elo.org.

Até 18 de janeiro



Candidaturas ao Colégio da Europa

As candidaturas para a frequência de cursos de pós-graduação no Colégio da Europa no ano académico 2023/2024 [estão](#) abertas até 18 de janeiro de 2023. O Governo Regional dos Açores atribui anualmente uma Bolsa de Estudo – Bolsa “José Medeiros Ferreira” - para a frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa - no Campus de Bruges (Bélgica) ou no Campus de Natolin (Polónia) - que compreende uma comparticipação nos encargos com as propinas do curso, alojamento, alimentação e uma viagem de ida e volta entre o local de residência do aluno e o local do curso.

A atribuição desta bolsa, cujo período de candidaturas será oportunamente publicitado, é decidida após a admissão dos candidatos da Região Autónoma dos Açores ao Colégio da Europa, pelo que estes deverão ter concorrido e sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação nas áreas de Direito, Economia, Estudos Europeus Interdisciplinares, Política e Administração ou Relações Internacionais e Diplomáticas.

Para se poderem candidatar a esta bolsa, os indivíduos que, tendo sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa, devem ter, cumulativamente, até 30 anos de idade (completados à data do início do curso), realizado e concluído o Ensino Secundário na região e ser residentes no arquipélago dos Açores há pelo menos três anos. Os candidatos devem possuir uma licenciatura e ter domínio, escrito e verbal, das línguas francesa e inglesa.

Até 20 de janeiro



Relatório sobre Estado de Direito de 2023

A Comissão Europeia lançou uma [consulta específica](#) para recolher informações sobre o desenvolvimento do Estado de direito em todos os Estados-Membros, em preparação do Relatório sobre o Estado de direito de 2023. A consulta está aberta a associações judiciais, ONGs, organizações internacionais e agências da UE, entre outras. As informações recebidas ajudarão a Comissão a avaliar a situação do Estado de direito nos Estados-Membros. Como parte da consulta, a Comissão também recolherá informações sobre como, e em que medida, os Estados-Membros implementaram as recomendações feitas pela primeira vez no [Relatório 2022](#).

O Relatório sobre o Estado de Direito está no centro de um ciclo anual de monitorização, destinado a prevenir problemas antes que estes surjam ou se agravem, e a promover uma cultura de Estado de Direito. A consulta está [disponível](#) online até 20 de janeiro de 2023.

Até 31 de janeiro



Convite à apresentação de propostas ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMP) - Vertente específica dedicada às Regiões Ultraperiféricas

O convite à apresentação de propostas no âmbito do FEAMP para apoio a "Projetos regionais emblemáticos que apoiam a economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE" foi [publicado](#), sendo incluído nesta convocatória uma vertente específica dedicada às regiões ultraperiféricas sobre "[Promoção do turismo marítimo e costeiro sustentável nas regiões ultraperiféricas](#)" com um orçamento específico **de um milhão de euros**.

A vertente das regiões ultraperiféricas tem como principal objetivo apoiar a economia azul nas regiões ultraperiféricas através de projetos que promovam soluções inovadoras e sustentáveis no turismo costeiro e marítimo e contribuam para a proteção da biodiversidade marinha, em linha com a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas, bem como com os objetivos da Comunicação sobre uma nova abordagem para uma economia azul sustentável na UE e da Trajetória de Transição para o Turismo.

As propostas ao abrigo da vertente regiões ultraperiféricas devem ser apresentadas por um consórcio de, pelo menos, 2 entidades independentes de 2 regiões ultraperiféricas diferentes. A data-limite para a apresentação das candidaturas é o dia 31 de janeiro de 2023 (17h00, hora de Bruxelas). Já se encontram [abertas](#) as inscrições para a participação na “**Jornada de Informação**” organizada pela Comissão Europeia **no dia 24 de novembro de 2022**. Os interessados deverão efetuar a sua inscrição até ao dia **16 de novembro**.

Até 8 de fevereiro



Rastreio, registo e controlo do amianto – Proposta de Diretiva

Esta iniciativa legislativa visa abordar ainda mais os riscos sanitários e ambientais relacionados com a exposição ao amianto, aumentando a transparência e a recuperação de informação adicional e assegurando a sua disponibilidade às autoridades públicas relevantes, aos trabalhadores da construção civil e aos ocupantes dos edifícios. As obrigações específicas serão moduladas com base numa abordagem transversal, tendo em conta o ciclo de vida de um edifício e os riscos relevantes para um determinado edifício. Os comentários no âmbito desta consulta pública poderão ser carregados [aqui](#).

Até 9 de fevereiro



Ações Marie Skłodowska-Curie: 77,5 milhões de euros para apoiar o intercâmbio de pessoal de investigação e inovação

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)' (MSCA) [Staff Exchanges](#). O período de candidaturas encerra a 9 de fevereiro. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de fevereiro



Novos pedidos de financiamento ao abrigo do Programa Europa Digital para aumentar a ciberresiliência

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite às empresas, administrações públicas e outras organizações para apresentarem propostas de soluções inovadoras de cibersegurança e para se candidatarem ao financiamento da UE ao abrigo do [Programa Europa Digital](#). Um investimento de 176,5 milhões de euros de subvenções irá no sentido de melhorar os instrumentos e infraestruturas para uma cooperação reforçada em matéria de cibersegurança entre os Estados-Membros e a Comissão.

Os convites visam reforçar a cibersegurança das infraestruturas de redes 5G, apoiando serviços seguros e melhorando as capacidades de teste e certificação de soluções e serviços tecnológicos. As respetivas subvenções apoiarão também a implementação das [novas regras sobre cibersegurança de redes e sistemas de informação \(Diretiva NIS2\)](#) na legislação nacional, bem como a capacidade dos Centros de Operações de Segurança em toda a UE para recolher e partilhar informações sobre incidentes cibernéticos. O objetivo é ajudar a aumentar a resiliência e a capacidade da UE em matéria de cibersegurança para proteger, detetar, defender e dissuadir os ciberataques. Os convites estão abertos até 15 de fevereiro de 2023.

Até 23 de fevereiro



Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o [segundo conjunto de convites à apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa "[Connecting Europe Facility Digital](#)". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras, rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a [jornada informativa virtual](#) de 25 de outubro.

Até 8 de março



Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pós-doutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)¹ (MSCA) [cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais \(COFUND\)](#). O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta [ligação](#).

Até 31 de maio



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como **o apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos e das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Conferência Perspetivas Agrícolas da UE 2022

A nona edição da conferência *EU Agricultural Outlook 2022* decorreu em formato híbrido nos dias 8 e 9 de dezembro. O tema do evento deste ano foi "*Um sistema agroalimentar sustentável forjado em crises*". Por meio de intervenções de altos representantes de órgãos da UE e organizações internacionais, painéis de discussão e exemplos inspiradores, este evento voltado para o futuro reuniu agricultores, especialistas agroalimentares e atores rurais para discutir questões atuais, além de examinar as perspetivas de médio prazo para os mercados agrícolas, para o rendimento e para o meio ambiente, tendo como horizonte 2032.

Todos os anos, a conferência coincide com a publicação do [relatório anual](#) de perspetivas do mercado. Todas as informações estão disponíveis [aqui](#).

Política Agrícola Comum 2023-2027: aprovados os planos estratégicos da Bulgária e da Roménia no valor 20,5 mil milhões de euros

Os planos estratégicos da Política Agrícola Comum (PAC) da **Bulgária** e da **Roménia**, respetivamente, no valor de 5,6 mil milhões de euros e 14,9 mil milhões de euros, [foram aprovados pela Comissão](#). Do orçamento total da EU desses dois países, mais de 5,6 mil milhões de euros serão dedicados a questões ambientais e climáticas, objetivos e esquemas ecológicos e 436 milhões de euros para jovens agricultores.

O apoio ao rendimento é proeminente no [plano búlgaro](#) para reduzir o fosso entre os rendimentos dos agricultores e os trabalhadores de outros setores. Mais de 600 milhões de euros serão dedicados a apoiar os setores de carne, laticínios e frutas e vegetais, que

passam por dificuldades. Em termos de ações ambientais, o plano garantirá que mais de 80% da terra arável tenha uma cobertura mínima do solo em períodos sensíveis para melhorar a qualidade do solo. O plano também apoiará a criação de mais de 9 000 empregos e 650 investimentos em infraestrutura nas áreas rurais.

O [plano da Roménia](#) visa melhorar os meios de subsistência dos agricultores e a sua competitividade. Além de apoio ao rendimento, cerca de 1,1 mil milhões de euros serão destinados a investimentos em explorações agrícolas e unidades de processamento. A Roménia usa 41% de seu orçamento do desenvolvimento rural para incentivar práticas ecológicas em áreas com alto valor natural para proteger a biodiversidade. Espera-se que 611 000 hectares de terra sejam cobertos por tais práticas. Para manter a atratividade das áreas rurais na Roménia, o plano apoiará a criação de mais de 12 000 postos de trabalho nestas áreas com financiamento para empresas e a infraestrutura.

A aprovação destes dois planos estratégicos segue-se **à aprovação** pela Comissão Europeia dos **planos estratégicos das regiões belgas** da [Valónia](#) e da [Flandres](#), nos termos da exceção prevista para a Bélgica no regulamento do Conselho aplicável.



Alargamento

A Cimeira UE-Balcãs Ocidentais em Tirana reafirma a perspetiva de adesão à UE dos Balcãs Ocidentais e a parceria estratégica da UE com a região

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, o Alto Representante/Vice-Presidente Josep Borrell, o Comissário Olivér Várhelyi, bem como os Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros da UE e os parceiros dos Balcãs [participaram na Cimeira UE-Balcãs Ocidentais em Tirana](#). A organização da Cimeira pela primeira vez na região é um sinal claro do forte empenhamento da UE nos Balcãs Ocidentais e no seu percurso rumo à UE.

Os líderes da UE reafirmaram o compromisso total e inequívoco com a perspetiva de adesão dos Balcãs Ocidentais à União Europeia. Apelaram à aceleração do processo de adesão com base em reformas credíveis dos parceiros, condicionalidades justas e rigorosas e no princípio dos méritos próprios.

A escalada da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia coloca em risco a paz e a segurança europeia e global. Sublinha a importância da parceria estratégica entre a UE e a região dos Balcãs Ocidentais.

Foi ainda acordada a declaração de Tirana que pode ser consultada na sua versão integral [aqui](#).



Ambiente

Conselho e Parlamento fecham acordo provisório para reduzir a desflorestação em todo o mundo

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um [acordo provisório](#) sobre uma proposta para minimizar o risco de desflorestação e degradação florestal associados a produtos importados ou exportados da União Europeia. O acordo é provisório, pendente de adoção formal em ambas as instituições.

A Comissão publicou a sua proposta de regulamento em 17 de novembro de 2021. O Conselho adotou a sua orientação geral em 28 de junho. O acordo provisório alcançado com o Parlamento Europeu precisa agora ser endossado e formalmente adotado por ambas as instituições.

O principal motor da desflorestação global e da degradação florestal é a expansão das terras agrícolas, que está ligada à produção das *commodities* incluídas no âmbito de aplicação do regulamento. Como a UE é um grande consumidor dessas *commodities*, ela pode reduzir seu impacto na desflorestação global e na degradação florestal, garantindo que esses produtos e as cadeias de abastecimento com eles relacionadas sejam "livres de desflorestação".

UE na COP15: reta final para um acordo global para deter e reverter a perda de biodiversidade, para as pessoas e o planeta

Decorre [entre 7 e 19 de dezembro](#), em Montreal no Canadá, a COP15 da Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas. Os países pretendem chegar a um acordo global para a proteção da natureza e do planeta com metas de longo prazo até 2050 e marcos para 2030. A Comissão, [representando a UE](#), trabalhará com todas as Partes para concluir um ambicioso acordo global para proteger, restaurar, usar de forma sustentável e investir na biodiversidade e nos ecossistemas. No segmento de alto nível, de 14 a 17 de dezembro, o comissário Sinkevičius representará a Comissão e liderará a equipe de negociação da UE.

ETS Aviação: Conselho e Parlamento fecham acordo provisório para reduzir emissões de voos

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo político provisório sobre a revisão das regras do sistema de comércio de emissões da UE (EU ETS) aplicáveis ao setor da aviação. O acordo garante que a aviação contribui para os objetivos de redução de emissões da UE sob o Acordo de Paris.

Poderá encontrar [aqui](#) mais informação no que se refere à comunicação feita pela Presidência no que se refere ao balanço dos resultados alcançados pelo Conselho com este acordo e [aqui](#) o balanço dos resultados alcançados na ótica do Parlamento Europeu.

O acordo político provisório terá ainda de ser formalmente adotado pelo Conselho e pelo Parlamento.

Amianto: Conselho acorda em melhorar a proteção dos trabalhadores

Os ministros do Emprego [definiram](#) a sua [posição](#) a respeito de uma proposta destinada a reforçar a legislação da UE que protege os trabalhadores contra os riscos do amianto. De acordo com a posição do Conselho – com base na qual negociará com o Parlamento Europeu – os atuais níveis de exposição devem ser reduzidos e a contagem de fibras de amianto deve ser efetuada com base num método mais moderno. Estas medidas fazem parte do Plano Europeu de Luta contra o Cancro.

Se forem aprovadas, as novas regras garantirão que nenhum trabalhador fique exposto a concentrações superiores a 0,01 fibras de amianto por cm³. Trata-se de um valor dez vezes inferior ao valor atualmente em vigor.

Os Estados-Membros decidiram também aplicar um método mais moderno e sensível para a contagem das fibras de amianto, a saber, a microscopia eletrónica (EM). Para que seja possível realizar com êxito a transição do atual método de medição, a microscopia de contraste de fase (PCM), para o novo método da microscopia eletrónica, os Estados-Membros disporão de sete anos para cumprir os novos requisitos metodológicos.

A Comissão ficará incumbida de apoiar os Estados-Membros durante esta mudança de método de medição. Durante o período de transição, poderão continuar a ser aplicados os métodos atualmente seguidos.

Poluição zero: metas para 2030 ao alcance, mas precisam de ação mais forte

A Comissão Europeia publicou o seu primeiro [Relatório de Perspetiva e Monitorização de Poluição Zero](#) e seu terceiro [Relatório de Perspetiva de Ar Limpo](#) - juntos estabelecendo caminhos para um ar, água e solo mais limpos. Os relatórios mostram que as políticas da UE contribuíram para reduzir a poluição do ar, bem como a poluição causada por pesticidas. No entanto, os níveis de poluição ainda são muito altos. Em outras áreas, como ruído prejudicial, poluição por nutrientes ou geração de resíduos municipais, o progresso estagnou. Os resultados mostram que, em geral, é necessária uma ação muito mais forte se a UE quiser atingir as metas de redução da poluição para 2030, adotando novas leis antipoluição e implementando melhor as existentes.



Coesão e solidariedade interna da UE

Política de Coesão da UE: mais de 67 milhões de euros para o Luxemburgo para apoiar sua transição verde e digital, empregos e inclusão

No período de 2021-2027, o Luxemburgo [beneficiará](#) de 67 milhões de euros do financiamento da Política de Coesão para acelerar a transição ecológica do país, financiar a inovação e a digitalização, aumentar a taxa de emprego e melhorar os serviços sociais locais. A estratégia e os detalhes desses investimentos são definidos no Acordo de Parceria recém-adotado entre Luxemburgo e a Comissão.

O Acordo de Parceria com Luxemburgo **é o 25º a ser adotado** após os da Grécia, Alemanha, Áustria, Tchéquia, Lituânia, Finlândia, Dinamarca, França, Suécia, Holanda, Polónia, Bulgária, Chipre, Portugal, Estónia, Eslováquia, Itália, Roménia, Croácia, Eslovénia, Malta, Irlanda, Letónia e Espanha.

Novo Bauhaus Europeu: estão abertas as candidaturas aos prémios de 2023

A Comissão abriu as candidaturas aos prémios Novo Bauhaus Europeu de 2023. Tendo em conta o êxito das suas duas últimas edições, que receberam mais de 3000 candidaturas de todos os Estados-Membros, os prémios de 2023 recompensarão 15 iniciativas exemplares que associem sustentabilidade, estética e inclusividade — os três valores fundamentais do Novo Bauhaus Europeu. No contexto do Ano Europeu das Competências, esta edição dos prémios incluirá uma vertente temática adicional sobre educação e aprendizagem. Pela primeira vez, as candidaturas para projetos e conceitos podem igualmente provir dos Balcãs Ocidentais. Tal como no ano passado, serão atribuídos prémios específicos aos jovens com menos de 31 anos. As candidaturas estão abertas até 31 de janeiro de 2023, às 19h00 CET.

Os prémios de 2023 recompensarão tanto conceitos como projetos já existentes, desenvolvidos por jovens talentos, em quatro categorias diferentes: restabelecer a ligação com a natureza; recuperar um sentimento de pertença; dar prioridade aos lugares e às pessoas mais necessitados; e, necessidade de uma reflexão de longo prazo centrada no ciclo de vida e integrada no ecossistema industrial.

Em cada categoria, os candidatos podem escolher entre três vertentes paralelas: Vertente A: «Campeões do Novo Bauhaus Europeu» — projetos existentes e já concluídos que tenham obtido resultados claros e positivos; Vertente B: «Estrelas Ascendentes do Novo Bauhaus Europeu» — conceitos apresentados por jovens talentos com menos de 31 anos de idade. Os conceitos podem encontrar-se em diferentes fases de desenvolvimento, de ideias com um plano claro a protótipos; e, Vertente C: «Campeões da Educação do Novo Bauhaus Europeu» — iniciativas centradas na educação e na aprendizagem. São elegíveis tanto projetos já concluídos como iniciativas com um nível mínimo de maturidade.

Os prémios de 2023 recompensarão 15 vencedores, que receberão um montante máximo de 30 000 euros, e um «pacote de comunicações» que os ajudará a desenvolver e promover os seus projetos e conceitos.

Os candidatos podem ser residentes na UE ou em países terceiros, desde que os seus projetos sejam executados na UE ou em países dos Balcãs Ocidentais. As candidaturas devem ser apresentadas através da plataforma oficial dos prémios do Novo Bauhaus Europeu.

Pode encontrar todos os pormenores relativos ao processo de candidatura no [guia dos candidatos](#), disponível [em todas as línguas da UE e dos Balcãs Ocidentais](#).



Cultura

Évora nomeada para Capital Europeia da Cultura 2027

A presidente do Painel de Seleção das Capitais Europeias da Cultura anunciou que a cidade de Évora foi [recomendada](#) para o título de Capital Europeia da Cultura 2027 em Portugal. Évora é a capital histórica da região do Alentejo, no Sul de Portugal. O seu conceito para a Capital Europeia da Cultura baseia-se no «Vagar», que é um modo de vida e um elemento forte do património imaterial da região, refletindo a necessidade urgente de a Europa e os europeus passarem para uma «filosofia de vida lenta». A recomendação foi feita por um painel de peritos independentes que avaliou as candidaturas das quatro cidades portuguesas incluídas na lista restrita.

As candidaturas são examinadas por um painel composto por 12 peritos independentes, dois nomeados pelas autoridades nacionais competentes e 10 pelas instituições e organismos da UE (Parlamento Europeu, Conselho, Comissão e Comité das Regiões).

No que diz respeito ao concurso em Portugal, o Ministério da Cultura português convidou as cidades interessadas a apresentarem as suas [candidaturas](#) em novembro de 2020. Doze cidades apresentaram candidaturas até ao prazo de 23 de novembro de 2021: Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Guarda, Leiria, Oeiras, Viana do Castelo, Ponta Delgada e Vila Real. A [reunião de pré-seleção](#) teve lugar de 8 a 11 de março de 2022, tendo sido selecionadas quatro cidades: Aveiro, Braga, Évora e Ponta Delgada. Estas cidades dispuseram de um prazo até 21 de outubro de 2022 para completar as suas candidaturas. A reunião final de seleção realizou-se de 5 a 7 de dezembro de 2022.

Todos os anos, duas a três cidades detêm o título de Capital Europeia da Cultura. A par de Évora, a [cidade letã de Liepaja](#) será também Capital Europeia da Cultura em 2027.

As três Capitais Europeias da Cultura em 2022 são [Kaunas](#) (Lituânia), [Esch-sur-Alzette](#) (Luxemburgo) e [Novi Sad](#) (Sérvia).



Defesa e Segurança

UE e Noruega assinam acordo de apoio à EUMAM Ucrânia

A UE e o Reino da Noruega [assinaram](#) um acordo administrativo para uma contribuição financeira voluntária da Noruega para a Missão de Assistência Militar da União Europeia em apoio à Ucrânia (EUMAM Ucrânia) para 2023.

Em 31 de outubro, o governo norueguês anunciou a sua decisão de apoiar a EUMAM Ucrânia com uma contribuição financeira voluntária de 150 milhões de coroas norueguesas (aproximadamente 14,5 milhões de euros) para o Fundo Europeu de Paz. O acordo agora assinado formaliza essa resolução e garante que o acordo pode entrar em vigor e a Noruega pode contribuir efetivamente para treinar e equipar as Forças Armadas ucranianas no quadro da Missão de Assistência Militar da UE.

Esta é a primeira vez que um país terceiro faz uma contribuição financeira para o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (EPF), e é uma confirmação da estreita cooperação da Noruega com a UE em questões de segurança e defesa e seu firme apoio à defesa da Ucrânia de sua liberdade e soberania.

Espaço Schengen: Conselho decide suspender controlos fronteiriços com a Croácia

O Conselho [adotou](#) uma [decisão](#) sobre a plena aplicação do acervo de Schengen na Croácia.

A partir de 1 de janeiro de 2023, serão suspensos os controlos de pessoas nas fronteiras internas terrestres e marítimas entre a Croácia e os outros países do [espaço Schengen](#). Os controlos nas fronteiras aéreas internas serão suspensos a partir de 26 de março de 2023, dada a necessidade de coincidir com as datas do horário verão/inverno IATA.

A partir de 1 de janeiro de 2023, a Croácia também começará a emitir vistos Schengen e poderá fazer pleno uso do Sistema de Informação Schengen.



Educação

Ministros da UE adotam recomendação sobre educação e acolhimento na primeira infância

A [recomendação do Conselho](#) agora aprovada que incide sobre a educação e acolhimento na primeira infância incentiva os Estados-Membros a aumentarem a participação nesses serviços. Vem na sequência das "metas de Barcelona" iniciais, estabelecidas pelo

Conselho Europeu em 2002. Recomenda-se que: pelo menos 45 % das crianças com menos de três anos participem na educação e acolhimento na primeira infância. (As metas específicas aplicam-se aos Estados-Membros que ainda não alcançaram os objetivos para 2002.) e pelo menos 96 % das crianças entre os três anos e a idade de início do ensino primário obrigatório participem na educação e acolhimento na primeira infância.

A recomendação abrange igualmente aspetos qualitativos, como os rácios pessoal/crianças, a dimensão dos grupos, ou a distribuição territorial das estruturas de acolhimento. No que diz respeito à acessibilidade e aos preços comportáveis, os Estados-Membros são incentivados a limitar as despesas diretas dos progenitores e a oferecer soluções aos progenitores com horários de trabalho atípicos que lhes permitam conciliar melhor a vida profissional, familiar e privada.

Uma maior adesão à educação e acolhimento na primeira infância facilita a participação das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, reforça o desenvolvimento social e cognitivo das crianças e o seu sucesso educativo. Este aspeto é particularmente importante para as crianças oriundas de meios desfavorecidos.



Economia e Mercado

União dos Mercados de Capitais: novas propostas em matéria de compensação, insolvência de empresas e cotação de empresas para tornar os mercados de capitais da UE mais atrativos

A Comissão Europeia [apresentou](#) medidas para continuar a desenvolver a União dos Mercados de Capitais (UMC) da UE, que visam: tornar os serviços de compensação da UE mais atrativos e resilientes, apoiando a autonomia estratégica aberta da UE e preservando a estabilidade financeira; harmonizar determinadas regras em matéria de insolvência das empresas em toda a UE, aumentando a sua eficiência e ajudando a promover o investimento transfronteiras; e, reduzir os encargos administrativos para as empresas de todas as dimensões, através de nova legislação sobre a cotação, para que possam aceder melhor ao financiamento público através da cotação em bolsa.

O pacote relativo à compensação consiste em: uma comunicação; um regulamento que altera o Regulamento relativo à Infraestrutura do Mercado Europeu (EMIR), o Regulamento Requisitos de Fundos Próprios (RRFP) e o Regulamento Fundos do Mercado Monetário (FMM); uma diretiva que altera a Diretiva Requisitos de Fundos Próprios (DRFP), a Diretiva Empresas de Investimento (IFD) e a Diretiva relativa aos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM).

O pacote relativo à cotação consiste em: um regulamento que altera o Regulamento Prospetos, o Regulamento Abuso de Mercado e o Regulamento Mercados de Instrumentos Financeiros; uma diretiva que altera a Diretiva Mercados de Instrumentos Financeiros e revoga a Diretiva Admissão à Cotação; e, uma diretiva relativa às ações com direitos múltiplos de voto.

O pacote relativo à insolvência consiste em: uma diretiva relativa à insolvência das empresas.

As seis propostas legislativas serão agora apresentadas ao Parlamento Europeu e ao Conselho para adoção.

Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA aborda desafios comuns e responde a crises mundiais

A UE e os EUA realizaram a terceira reunião ministerial do Conselho de Comércio e Tecnologia (CCT) no College Park de Maryland.

O CCT é um fórum fundamental para aprofundar a cooperação transatlântica a fim de facilitar o comércio e desenvolver normas mundiais sobre tecnologia e segurança. Os desafios geoestratégicos, incluindo a guerra de agressão não provocada da Rússia contra a Ucrânia, reforçaram a importância de uma coordenação estreita no âmbito do CCT.

A reunião foi copresidida pela vice-presidente executiva da Comissão Europeia, Margrethe **Vestager**, e pelo vice-presidente executivo da Comissão Europeia, Valdis **Dombrovskis**, e, do lado dos EUA, pelo secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, pela secretária de comércio dos EUA, Gina Raimondo, e pela representante dos EUA para o comércio, Katherine Tai.

Ambas as partes fizeram o balanço das atividades do Grupo de Trabalho UE-EUA sobre a Lei de Redução da Inflação, relativamente à qual a UE reiterou as suas fortes preocupações sobre, entre outras, as disposições discriminatórias e as subvenções suscetíveis de causar distorções. O CCT registou os progressos preliminares realizados. A UE aguarda com expectativa que os EUA deem uma resposta construtiva às suas preocupações.

Poderá encontrar [aqui](#) informação sobre os principais resultados desta terceira reunião ministerial do CCT.

UE solicita dois painéis da OMC contra a China: restrições comerciais impostas à Lituânia e aos titulares de patentes de alta tecnologia

A União Europeia [solicitou](#) a criação de painéis na Organização Mundial do Comércio para dois dos litígios comerciais em curso com a China. Um diz respeito à legalidade das restrições comerciais que a China tem aplicado às exportações lituanas e às exportações da UE que contêm conteúdos lituanos desde dezembro de 2021. A outra diz respeito à legalidade das medidas chinesas que impedem

os titulares de patentes de alta tecnologia da UE de recorrer aos tribunais da UE para proteger e fazer respeitar eficazmente os seus direitos.

Em ambos os casos, as medidas chinesas são muito prejudiciais para as empresas europeias. Além disso, as medidas discriminatórias aplicadas pela China contra a Lituânia afetam o comércio intra-UE e as cadeias de abastecimento intra-UE e condicionam o funcionamento do mercado interno da UE, obrigando a ajustamentos do mercado. A supressão destas medidas é do interesse económico e estratégico da UE.

O Órgão de Resolução de Litígios (ORL) da OMC debaterá o pedido da UE na sua próxima reunião de 20 de dezembro de 2022. A China pode opor-se à constituição de um painel uma vez. Se isso acontecer, a UE renovará o seu pedido e o painel será constituído na reunião do ORL de 30 de janeiro de 2023. Os trabalhos do painel podem durar até um ano e meio.

Conselho dá luz verde final à adaptação das regras de normalização da UE

Os ministros da UE deram a sua [aprovação final](#) à alteração do **regulamento relativo à normalização europeia**.

O regulamento estabelece procedimentos para a elaboração de normas harmonizadas na UE. Estas normas harmonizadas **facilitam** a colocação de produtos no mercado único, reforçando assim a competitividade da UE.

A alteração introduz novos requisitos para as organizações europeias de normalização (**OEN**), a fim de assegurar a participação dos organismos nacionais de normalização na UE e no Espaço Económico Europeu. O reforço do papel dos representantes nacionais melhorará o funcionamento das OEN e a **representação dos Estados-Membros** nos seus processos de decisão.

A alteração assegurará igualmente a promoção dos **valores** europeus no desenvolvimento de normas europeias. Este aspeto é particularmente importante tendo em conta a transição digital em curso.

Tributação: Novas regras em matéria de transparência exigem que os prestadores de serviços declarem transações de criptoativos

A Comissão Europeia [propôs](#) novas regras de transparência fiscal para todos os prestadores de serviços que facilitem transações de criptoativos para clientes residentes na União Europeia. Estas regras complementam o [Regulamento Mercados de Criptoativos \(MiCA\)](#) e as regras em matéria de luta contra o branqueamento de capitais.

Uma tributação justa e eficaz é fundamental para garantir receitas para os investimentos e os serviços públicos, criando simultaneamente um ambiente empresarial em que a inovação possa prosperar. No entanto, atualmente, as autoridades fiscais não dispõem das informações necessárias para controlar as receitas obtidas através da utilização de criptoativos, que são facilmente transacionados além-fronteiras. Isto limita seriamente a sua capacidade de garantir que os impostos são efetivamente pagos, o que significa que os cidadãos europeus estão a perder importantes receitas fiscais.

A proposta agora apresentada melhorará a capacidade dos Estados-Membros para detetar e combater a fraude, a evasão e a elisão fiscais, exigindo que todos os prestadores de serviços de criptoativos, independentemente da sua dimensão ou localização, declarem as transações realizadas pelos seus clientes residentes na UE. A diretiva visa igualmente estabelecer um nível mínimo comum de sanções para casos de incumprimento graves, como a ausência total de declaração apesar dos avisos administrativos. Além disso, a Comissão sugeriu que as obrigações de declaração das instituições financeiras fossem alargadas de modo a abranger o dinheiro eletrónico e as moedas digitais e o âmbito da troca automática de informações aos acordos fiscais prévios transfronteiriços utilizados por pessoas com elevado património líquido.

Fiscalidade: Adotar a transição digital para ajudar a combater a fraude ao IVA e apoiar as empresas da UE

A Comissão Europeia [propôs](#) uma série de medidas para modernizar e tornar o sistema do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) da UE mais eficaz para as empresas e mais resiliente à fraude, abraçando e promovendo a digitalização. A proposta apresentada visa igualmente dar resposta aos desafios no domínio do IVA decorrentes do desenvolvimento da economia das plataformas.

Os Estados-Membros perderam 93 mil milhões de euros em receitas do IVA em 2020, de acordo com os últimos valores dos desvios do IVA também agora publicados. Estimativas prudentes sugerem que um quarto das receitas em falta pode ser diretamente atribuído à fraude ao IVA relacionada com o comércio intra-UE. Estas perdas são claramente prejudiciais para as finanças públicas gerais, numa altura em que os Estados-Membros estão a ajustar os orçamentos para fazer face aos efeitos sociais e económicos dos recentes aumentos dos preços da energia e da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Além disso, as disposições em matéria de IVA na UE podem ainda ser onerosas para as empresas, especialmente para as PME e outras empresas que operam ou pretendem expandir-se além-fronteiras.

As principais ações agora propostas ajudarão os Estados-Membros a cobrar anualmente até 18 mil milhões de EUR em receitas do IVA adicionais, ajudando simultaneamente as empresas, incluindo as PME, a crescer.

As propostas legislativas serão enviadas ao Conselho para acordo e ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social para consulta.



Emprego

UE e EUA debatem trabalho forçado com os parceiros sociais no âmbito do primeiro diálogo sobre comércio e trabalho

As entidades responsáveis da União Europeia e dos EUA [realizaram](#) a sua primeira reunião no contexto do diálogo sobre comércio e trabalho UE-EUA (TALD), e definiram o combate ao trabalho forçado e o comércio digital como prioridades fundamentais.

Os debates centraram-se na luta contra o trabalho forçado. Ambas as partes debateram oportunidades para os trabalhadores, as empresas e as autoridades públicas combaterem em conjunto o trabalho forçado e promoverem um comércio resiliente e sustentável assente em direitos e normas laborais internacionalmente reconhecidos. Os parceiros sociais, que incluem representantes do trabalho e das empresas, apresentaram ideias sobre os domínios que devem ser considerados prioritários na sua cooperação para eliminar o trabalho forçado no contexto da economia mundial. Trocaram também experiências e boas práticas sobre os instrumentos que utilizam para detetar, combater e atenuar o risco de trabalho forçado nas respetivas cadeias de abastecimento. A proposta da Comissão de proibir no mercado da UE os produtos cujo fabrico tenha envolvido o trabalho forçado suscitou grande interesse.

Nas próximas etapas, ambas as partes prosseguirão o diálogo sobre questões importantes para os parceiros sociais, como o comércio digital e outros temas de interesse comum que foram propostos.



Energia

G7 concorda em limitar o preço do petróleo: reduzindo as receitas da Rússia, mantendo os mercados globais de energia estáveis

A [Price Cap Coalition](#) internacional [finalizou](#) o seu trabalho visando a implementação de um limiar ao preço do petróleo bruto transoceânico russo. Os Estados-Membros da UE no Conselho também acabaram de aprovar paralelamente a sua implementação na União Europeia.

O limite foi fixado num preço máximo de 60 USD por barril de petróleo bruto e é ajustável no futuro para responder aos desenvolvimentos do mercado. Este limite será implementado por todos os membros da Price Cap Coalition por meio de disposições legais internas a estabelecer por cada um dos seus membros.

O limite de preço entrará em vigor após 5 de dezembro de 2022 para o petróleo bruto e 5 de fevereiro de 2023 para produtos petrolíferos refinados, e entrará em vigor simultaneamente em todas as jurisdições da Price Cap Coalition. O limite de preço também proporciona uma transição suave – não se aplica ao petróleo comprado acima do limite de preço, que é carregado em navios antes de 5 de dezembro e descarregado antes de 19 de janeiro de 2023.



Estado de Direito

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: relatório anual analisa o papel da sociedade civil e sublinha a necessidade de aumentar o apoio

A Comissão Europeia [publicou](#) o seu [relatório anual](#) sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE. O relatório analisa especificamente o que os Estados-Membros e a UE estão a fazer para apoiar as organizações da sociedade civil e os defensores dos direitos, tais como instituições nacionais de direitos humanos, organismos de igualdade e provedorias de justiça. Globalmente, o relatório mostra que, embora o trabalho das organizações da sociedade civil e dos defensores dos direitos fundamentais seja essencial para a aplicação prática da Carta dos Direitos Fundamentais, é necessário envidar mais esforços em toda a UE para os apoiar, nomeadamente através da melhoria do ambiente em que eles operam.

A Comissão disponibilizará 25 milhões de euros para apoiar as aspirações democráticas na Bielorrússia

A Comissão Europeia [adotou](#) um novo programa de assistência no valor de 25 milhões de euros para apoiar ainda mais o povo da Bielorrússia, após a resposta brutal do regime aos protestos contra as eleições fraudulentas de agosto de 2020. Esta nova assistência baseia-se no apoio da UE já mobilizado para a Bielorrússia sociedade civil, jovens, estudantes, docentes e profissionais.

O programa de assistência recém-adotado “EU4Belarus: Apoiar a resiliência social e o desenvolvimento do capital humano” visa apoiar as aspirações democráticas na Bielorrússia.

Conselho adota decisão de não aceitação dos documentos de viagem russos emitidos na Ucrânia e na Geórgia

O Conselho [adotou](#) uma decisão relativa à não aceitação dos documentos de viagem russos emitidos na Ucrânia e na Geórgia.

Esta decisão constitui uma resposta à agressão militar não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia e à prática da Rússia de emitir passaportes internacionais russos aos residentes das regiões ocupadas. Surge também na sequência da decisão unilateral da Rússia, em 2008, de reconhecer a independência dos territórios georgianos da Abcásia e da Ossétia do Sul.

Os documentos de viagem russos emitidos em regiões da Ucrânia ocupadas pela Rússia ou em territórios separatistas da Geórgia, ou a pessoas residentes nessas regiões, não serão aceites como documentos de viagem válidos para efeitos de obtenção de visto ou de passagem das fronteiras do espaço Schengen.

Os documentos de viagem russos emitidos nessas regiões já deixaram de ser reconhecidos, ou estão em vias de deixar de o ser, pelos Estados-Membros da UE. Esta decisão visa estabelecer uma abordagem comum, assegurar o bom funcionamento das fronteiras externas e das políticas comuns em matéria de vistos, bem como garantir a segurança dos Estados-Membros da UE.



Inclusão Social, Direitos Humanos e Cidadania

Comissão propõe reforçar os organismos de promoção da igualdade para combater a discriminação

A Comissão Europeia [adotou duas propostas para reforçar os organismos de promoção da igualdade](#), em especial a sua independência, os seus recursos e as suas competências, para que possam combater mais eficazmente a discriminação na Europa. Os organismos de promoção da igualdade são essenciais para ajudar as vítimas de discriminação e garantir que a legislação da UE em matéria de não discriminação é aplicada no terreno. Esta nova legislação garantirá que os organismos de promoção da igualdade possam realizar todo o seu potencial. Protegerá melhor as vítimas de discriminação e contribuirá para a prevenção da discriminação.

A iniciativa consiste em duas propostas de diretivas essencialmente idênticas. A razão para a apresentação de duas propostas reside no facto de as seis diretivas abrangidas pela iniciativa se basearem em duas bases jurídicas distintas que exigem procedimentos de adoção diferentes.

As regras da UE em vigor em matéria de organismos de promoção da igualdade deixam uma ampla margem de apreciação aos Estados-Membros no que diz respeito à sua criação e funcionamento, o que resultou em diferenças significativas entre os Estados-Membros, em especial no que diz respeito aos poderes, à independência, aos recursos, à acessibilidade e à eficácia dos organismos de promoção da igualdade. A Comissão propõe um conjunto de regras vinculativas para reforçar o papel e a independência dos organismos de promoção da igualdade.

Atualmente, não existe um acompanhamento formal comum dos organismos de promoção da igualdade. A proposta prevê que a Comissão estabeleça indicadores comuns para avaliar os efeitos das medidas propostas e assegurar a comparabilidade dos dados recolhidos a nível nacional. A Comissão publicará um relatório de cinco em cinco anos sobre a situação dos organismos de promoção da igualdade em toda a UE.

Comissão propõe novas regras para o reconhecimento da parentalidade entre Estados-Membros

A Comissão Europeia [adotou uma proposta de regulamento que visa harmonizar, a nível da UE, as regras do direito internacional privado em matéria de parentalidade](#). A proposta centra-se no interesse superior e nos direitos da criança. Proporcionará clareza jurídica a todos os tipos de famílias que se encontrem numa situação transfronteiriça na UE, quer porque se deslocam de um Estado-Membro para outro para viajar ou residir, quer porque têm membros da família ou bens noutro Estado-Membro. Um dos aspetos fundamentais da proposta é que a parentalidade estabelecida num Estado-Membro da UE deve ser reconhecida em todos os outros Estados-Membros, sem nenhum procedimento especial.

O direito da União, tal como interpretado pelo Tribunal de Justiça Europeu, nomeadamente em matéria de livre circulação, já prevê que a parentalidade estabelecida num Estado-Membro deve ser reconhecida em todos os outros Estados-Membros para alguns efeitos: acesso ao território, direito de residência, não discriminação em relação aos nacionais. No entanto, não é esse o caso dos direitos decorrentes do direito nacional.

A proposta agora avançada permite que as crianças em situações transfronteiriças beneficiem dos direitos decorrentes da parentalidade ao abrigo do direito nacional, em matérias como a sucessão, a prestação de alimentos, a guarda ou o direito dos pais de agirem como representante legal da criança (para fins escolares ou de saúde).

A proposta da Comissão deve ser adotada por unanimidade pelo Conselho, após consulta do Parlamento Europeu. Cinco anos após a entrada em vigor do regulamento, a Comissão avaliará a sua aplicação pelos Estados-Membros e poderá propor alterações.

Ministros da UE adotam recomendação sobre cuidados continuados de longa duração de elevada qualidade a preços comportáveis

A [recomendação](#) relativa aos cuidados continuados propõe ações para tornar os cuidados mais acessíveis, a preços comportáveis e de melhor qualidade. Recomenda, nomeadamente, que se atenuem as disparidades territoriais em termos de disponibilidade e acesso a cuidados de longa duração, em especial nas zonas rurais e afetadas pelo despovoamento, garantindo a conformidade com

critérios e normas de qualidade em todos os contextos de prestação de cuidados de longa duração e promovendo a autonomia e a vida independente.

O investimento em [cuidados de longa duração](#) conduz à criação de emprego e – uma vez que reduz os encargos com os cuidados familiares – liberta recursos de mão de obra para outros setores. Os cuidados de longa duração ajudam as pessoas a viverem com dignidade e pode promover a igualdade de género: as responsabilidades decorrentes da prestação de cuidados mantêm milhões de mulheres fora do mercado de trabalho ou em trabalho a tempo parcial. As responsabilidades decorrentes da prestação de cuidados podem também ter um impacto negativo nos rendimentos das mulheres e nas suas pensões.

Comissão Europeia apresenta recomendações relacionadas com as condições de detenção

A Comissão Europeia [adotou](#) uma [Recomendação sobre os direitos processuais](#) dos suspeitos e arguidos sujeitos a prisão preventiva e sobre as condições materiais de detenção, na sequência de um pedido dos Ministros da UE no sentido de propor medidas não legislativas para melhorar as condições de detenção. Estabelece medidas de padrões mínimos, algumas das quais já apresentadas em diversos instrumentos, como a utilização da prisão preventiva como medida de último recurso e a introdução de revisões periódicas sempre que a sua utilização se justifique; estabelecendo padrões mínimos para tamanhos de células, tempo ao ar livre e condições de nutrição e saúde; bem como iniciativas com vista à reintegração e reabilitação social.

A Recomendação também introduz medidas específicas para abordar a questão da radicalização nas prisões, como encorajar os Estados Membros a realizar uma avaliação de risco inicial para determinar o regime apropriado aplicável a detidos suspeitos ou condenados por crimes terroristas e extremistas violentos. Por exemplo, as autoridades podem tomar a decisão de impedir que esses mesmos suspeitos tenham contato direto com detentos particularmente vulneráveis. Outras medidas específicas também são propostas para mulheres e meninas, LGBTIQ, estrangeiros, pessoas com deficiência e outros detentos vulneráveis, como garantir acesso razoável a serviços de interpretação profissional.

A Recomendação que agora entra em vigor será apresentada aos ministros na reunião do Conselho de Justiça. Os Estados-Membros são instados a tomar as medidas necessárias a nível nacional para alinhar as práticas com as recomendações.



Inovação, Investigação científica, ciência

Em 2023-2024 a UE vai investir 13,5 mil milhões de euros na investigação e inovação

A Comissão [adotou](#) o principal programa de trabalho do Horizonte Europa para 2023-2024, que permitirá afetar cerca de 13,5 mil milhões de euros a ações de apoio aos investigadores e inovadores europeus e à procura de soluções revolucionárias para os desafios ambientais, energéticos, digitais e geopolíticos.

Este financiamento, que se inscreve no quadro do programa mais vasto da UE para a investigação e inovação, o Horizonte Europa, cujo orçamento se eleva a 95,5 milhões de euros, contribuirá para que a UE possa atingir os seus objetivos climáticos, aumentar a sua resiliência energética e desenvolver tecnologias digitais de base. Permitirá igualmente desenvolver ações específicas para apoiar a Ucrânia, promover a resiliência económica e contribuir para uma recuperação sustentável da pandemia de COVID-19. Contribuirá ainda para criar um ecossistema europeu de investigação e inovação mais forte, nomeadamente graças a uma maior participação dos investigadores e inovadores de toda a Europa, a uma maior mobilidade e ao financiamento de infraestruturas de investigação de craveira mundial.

Os primeiros convites para a apresentação de propostas serão lançados em 7 de dezembro de 2022, através do portal «Financiamento e Contratos Públicos». As Jornadas de Informação do Horizonte Europa destinadas aos potenciais candidatos decorrerão entre 6 de dezembro de 2022 e 16 de fevereiro de 2023.

Ações Marie Skłodowska-Curie: 1,75 mil milhões de euros em novos convites à apresentação de propostas para investigadores e instituições

A Comissão Europeia [anunciou](#) novos convites à apresentação de propostas para apoiar o desenvolvimento da formação, competências e carreiras dos investigadores no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA), o emblemático programa da UE para o financiamento de estudos de doutoramento e formação pós-doutoramento no âmbito do programa Horizonte Europa. Com um orçamento total de 6,6 mil milhões de euros para o período entre 2021 e 27, as MSCA apoiam investigadores de todo o mundo, em todas as fases das suas carreiras e em todas as áreas. As ações beneficiam igualmente as instituições, apoiando programas de doutoramento e pós-doutoramento de excelência e projetos de investigação e inovação colaborativos, reforçando a sua atratividade e visibilidade a nível mundial e promovendo a cooperação fora do mundo académico, nomeadamente com as grandes empresas e as PME.

As MSCA disponibilizarão mais de 856 milhões de euros em 2023 e 902 milhões de euros em 2024 abrangendo as cinco principais ações do programa de trabalho: as **Redes de doutoramento MSCA**; as **Bolsas de pós-doutoramento MSCA**; os **Intercâmbios de pessoal MSCA**; as ações «**COFUND**» **MSCA**; e, as iniciativas **MSCA e Cidadãos**.

No âmbito do novo programa de trabalho, as MSCA financiarão também uma iniciativa de **retorno de informações para a elaboração de políticas** de modo a articular de ligações temáticas mais fortes entre os projetos MSCA, aumentar a visibilidade do seu contributo para as principais prioridades políticas da UE e recolher reações das partes interessadas sobre formas de maximizar o impacto do programa.

Poderá encontrar mais informações sobre os convites à apresentação de propostas no [sítio Web da Comissão Europeia](#) sobre as Ações Marie Skłodowska-Curie.

Conselho Europeu da Inovação revela vencedores dos prémios «Capital da Inovação» e «Mulheres Inovadoras»

O Conselho Europeu da Inovação (CEI) [revelou](#) os vencedores dos seus prémios anuais de inovação, sendo os prémios atribuídos às cidades de Métropole Aix-Marseille Provence e Haarlem, bem como a seis mulheres líderes inovadoras. Os prémios foram anunciados por Mariya Gabriel, comissária responsável pela Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, durante a [cimeira de dois dias do CEI](#), que terá lugar até amanhã.

Conselho Europeu da Inovação: mais de 1 500 milhões de euros para oito tecnologias revolucionárias

A Comissão Europeia [adotou](#) o [programa de trabalho para 2023](#) do Conselho Europeu da Inovação (CEI). O programa abre oportunidades de financiamento no valor de 1 600 milhões de euros em 2023 para cientistas e inovadores expandirem tecnologias revolucionárias e criarem novos mercados. Mais de 500 milhões de euros são afetados às tecnologias da próxima geração em domínios estratégicos para a Europa, incluindo armazenamento de energia, quantum, semicondutores e segurança alimentar.

O novo financiamento para 2023 reforça o desempenho crescente do CEI no apoio às tecnologias de elevado impacto e às empresas em fase de arranque. O [relatório de impacto do CEI](#), também publicado hoje, salienta que o CEI já apoiou 12 empresas em fase de expansão acelerada (unicórnios), incentivou mais de 10 mil milhões de euros em investimentos complementares e alavancou um múltiplo de mais de 2,6 vezes investimentos adicionais através do [Fundo do CEI](#).

O programa de trabalho deste ano inclui várias novidades e ações-piloto de apoio à [Nova Agenda Europeia para a Inovação](#).



Instituições

Resiliência da UE: Conselho adota diretiva destinada a reforçar a resiliência das entidades críticas

O Conselho [adotou](#) uma diretiva e uma recomendação que visam reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência das entidades críticas.

Entidades críticas são entidades que prestam serviços que são indispensáveis à manutenção de funções sociais e atividades económicas vitais, da saúde e segurança pública e do ambiente. Estas entidades têm de ser capazes de prevenir, proteger, reagir, gerir e recuperar em caso de ataques híbridos, catástrofes naturais, ameaças terroristas e emergências de saúde pública.

A [diretiva](#) adotada abrange entidades críticas de vários setores, como o da energia, dos transportes, da saúde, da água potável, das águas residuais e do espaço. Algumas das disposições da diretiva abrangem também determinadas administrações públicas centrais.

Os Estados-Membros terão de criar uma estratégia nacional para reforçar a resiliência das entidades críticas, realizar uma avaliação do risco pelo menos de quatro em quatro anos e identificar as entidades críticas que prestam serviços essenciais. As entidades críticas terão de identificar os riscos suscetíveis de perturbar significativamente a prestação de serviços essenciais, tomar medidas adequadas para assegurar a sua resiliência e notificar as autoridades competentes de incidentes que causem perturbações.

A diretiva estabelece igualmente regras para a identificação de entidades críticas com particular importância europeia. Considera-se que uma entidade crítica se reveste de especial importância europeia se prestar um serviço essencial a seis ou mais Estados-Membros. Neste caso, os Estados-Membros poderão solicitar à Comissão que organize uma missão consultiva, ou a própria Comissão poderá propor, com o acordo dos Estados-Membros interessados, a avaliação das medidas tomadas pela entidade em causa a fim de cumprir as obrigações decorrentes da diretiva.

Para dar resposta aos recentes atos de sabotagem que visaram os gasodutos *Nord Stream* e aos novos riscos decorrentes da agressão da Rússia contra a Ucrânia, a [recomendação](#) adotada centra-se no reforço da resiliência das infraestruturas críticas. Esta recomendação visa acelerar os trabalhos preparatórios para a execução dos objetivos estabelecidos na diretiva relativa às entidades críticas e na Diretiva SRI 2 e reforçar a capacidade da UE de proteger as suas infraestruturas críticas. Inclui uma série de medidas específicas que abrangem setores-chave como os da energia, das infraestruturas digitais, dos transportes e do espaço.

A recomendação aborda três domínios prioritários: preparação, resposta e cooperação internacional. Convida os Estados-Membros a atualizar as suas avaliações de risco de modo a refletir as ameaças atuais e incentiva-os a realizar testes de esforço das entidades que exploram infraestruturas críticas, dando prioridade ao setor da energia. Além disso, solicita aos Estados-Membros que criem, em cooperação com a Comissão, um plano de resposta coordenada a perturbações das infraestruturas críticas com importante

relevância transfronteiriça. A UE apoiará os países parceiros no reforço da sua resiliência e intensificará a cooperação com a OTAN neste domínio.



Dinamarca e Letónia recebem financiamento ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura para 2021-2027

A Comissão adotou os programas do [Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura \(FEAMPA\)](#) para a Dinamarca e a Letónia.

O montante total dos fundos atribuídos à [Dinamarca](#), que cobrem este período de seis anos, é de 287 milhões de euros, dos quais 201 milhões de euros são da contribuição da UE. O montante total dos fundos atribuídos à [Letónia](#) é de 192,7 milhões de euros nos próximos seis anos, dos quais a contribuição da UE representa quase 135 milhões de euros.

As alocações dos programas serão principalmente dedicadas à pesca sustentável, aquicultura e processamento sustentáveis, bem como à economia azul sustentável nas regiões costeiras e ao fortalecimento da governança internacional dos oceanos.

A Dinamarca visa maximizar o impacto do programa e optou por dedicar 86% da alocação do programa à pesca sustentável e à conservação dos recursos biológicos aquáticos. Ações como a melhoria da eficiência energética das embarcações pesqueiras por meio de investigação, inovação e financiamento; investir no melhor cumprimento da obrigação de desembarque; e será financiado ainda o reforço da recolha de dados, controle e fiscalização, entre outros.

O programa na Letónia apoiará todos os três segmentos principais – pesca sustentável, aquicultura sustentável e economia azul sustentável, enfatizando, entre outros, inovação, eficiência energética e descarbonização, digitalização e melhoria da segurança e das condições de trabalho a bordo dos navios de pesca.



Mobilidade e Transportes

Rede transeuropeia de transportes (RTE-T)

O Conselho [aprovou](#) um mandato de negociação («[Orientação Geral](#)») para o projeto de regulamento sobre as orientações da UE para o desenvolvimento de uma rede transeuropeia de transportes (RTE-T).

O objetivo da proposta é construir uma rede transeuropeia de transporte fiável, contínua e de elevada qualidade que assegure uma conectividade sustentável em toda a UE sem interrupções físicas, estrangulamentos ou ligações em falta. A proposta alinha o desenvolvimento da rede RTE-T com os objetivos climáticos e de desenvolvimento sustentável da UE, promovendo o transporte multimodal, reforçando a resiliência da rede RTE-T e melhorando a eficácia dos seus instrumentos de governação. O texto estabelece prazos claros para a conclusão da rede RTE-T. A rede principal deve ser concluída até 2030, a recém-adicionada rede principal estendida até 2040 e a rede abrangente até 2050.

A legislação revista também presta especial atenção a uma nova estrutura de governação para a política RTE-T e multimodalidade, estabelecendo metas ambiciosas, em particular para o desenvolvimento da infraestrutura ferroviária, que deverão contribuir para tornar o transporte ferroviário mais competitivo no mercado dos transportes. Além disso, o texto da orientação geral apela a uma migração gradual para uma bitola ferroviária europeia normalizada no núcleo RTE-T e na rede alargada.

Em resposta ao impacto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, as regras revistas também visam uma melhor conectividade da Ucrânia e da República da Moldávia com a UE através dos Corredores Europeus de Transporte.



União Europeia da Saúde: Comissão congratula-se com a adoção das novas recomendações da UE em matéria de rastreio do cancro

No seguimento da apresentação da proposta da Comissão para o reforço da prevenção do cancro através da deteção precoce, o Conselho da União Europeia [adotou](#) uma [nova abordagem em matéria de rastreio do cancro](#). Trata-se de um passo importante para melhorar a deteção precoce em toda a UE, um objetivo central do [Plano Europeu de Luta contra o Cancro](#).

Como [anunciado](#) em setembro, esta nova abordagem da UE, baseada nos mais recentes progressos e dados científicos disponíveis, ajudará a garantir que, até 2025, seja proposto um rastreio a 90 % da população da UE elegível para rastreio dos cancros da mama, do colo do útero e colorretal. A nova abordagem apela igualmente a um alargamento dos programas de rastreio ao cancro da próstata, ao cancro do pulmão e, em determinadas circunstâncias, ao cancro gástrico, de uma forma faseada. A recomendação faz

parte de um novo Programa Europeu de Rastreamento do Cancro, apresentado como iniciativa emblemática do Plano Europeu de Luta contra o Cancro.

Saúde global: HERA e OMS lançam nova parceria de 15 milhões de euros para maior preparação e resposta a pandemias

A [Autoridade Europeia de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias](#) (HERA) e a [Organização Mundial da Saúde](#) (OMS) lançaram uma nova parceria financiada com 15 milhões de euros do programa [EU4Health](#) para aumentar a preparação e resposta relacionadas com as contramedidas médicas para resposta a emergências de saúde.

Sob a parceria, a HERA financiará quatro iniciativas globais para apoiar as seguintes áreas em relação a contramedidas médicas: (1) Inteligência epidémica e pandémica, acesso e partilha de dados e análises por meio do Centro da OMS para Pandemia e Inteligência Epidémica; (2) desenvolvimento de novas contramedidas médicas para combater a resistência antimicrobiana, inclusive por meio do [GARDP](#), principalmente no desenvolvimento de antibióticos eficientes contra agentes patogénicos resistentes e garantir o acesso sustentável a tratamentos antimicrobianos, ao mesmo tempo em que impulsiona a investigação de novos antimicrobianos; (3) o aumento das capacidades nacionais para deteção de COVID-19 e agentes patogénicos emergentes, bem como vigilância genómica em África; (4) o pool de acesso à tecnologia COVID-19 (C-TAP) para garantir o esforço global rápido, coordenado e bem-sucedido para desenvolver e facilitar o acesso a tecnologias para combater o COVID-19.

Isto segue-se à apresentação da [Estratégia Global de Saúde da UE](#), do [acordo](#) entre a Comissão e a OMS para reforçar a cooperação para enfrentar as ameaças globais à saúde e do [acordo](#) entre a HERA e o Hub da OMS.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

UE e Canadá irão organizar em conjunto a próxima Conferência Internacional em Solidariedade com os Refugiados e Migrantes venezuelanos

A saída de refugiados e migrantes da Venezuela é atualmente uma das maiores crises de deslocamentos do mundo, com mais de 7,1 milhões de pessoas a fugirem ou a abandonarem o seu país. O atual contexto global, e os efeitos persistentes da pandemia Covid-19, agravaram uma situação já difícil para os refugiados venezuelanos, os migrantes e as suas comunidades de acolhimento, em particular as mulheres e as raparigas.

Nos dias [16 e 17 de março de 2023](#), Harjit Sajjan, Ministro do Desenvolvimento Internacional do Governo canadiano, e Janez Lenarčič, Comissário Europeu para Gestão de Crises, serão co-anfitriões da Conferência Internacional em Solidariedade com Refugiados e Migrantes Venezuelanos e seus Países e Comunidades Anfitriãs. A conferência será organizada em estreita colaboração com o ACNUR - a Agência de Refugiados da ONU e a Organização Internacional para Migração, co-líderes da Plataforma de Coordenação Regional Interagências para Refugiados e Migrantes da Venezuela, bem como os principais países anfitriões e parceiros.

O Canadá e a UE apelam à comunidade internacional para que mantenha a visibilidade desta crise e continue a apoiar os países de acolhimento nas regiões da América Latina e das Caraíbas que estão a empreender esforços significativos para acolher e integrar os refugiados e migrantes venezuelanos nas suas comunidades, economias e sociedades.

A Conferência reunirá governos anfitriões e doadores, bem como outros atores chave na resposta, incluindo organizações internacionais, sociedade civil, instituições financeiras internacionais e setor privado. A Conferência será uma oportunidade para refletir sobre o progresso feito até agora na resposta; aumentar a conscientização sobre os desafios, prioridades e oportunidades, com que nos deparamos; mobilizar apoio adicional; e identificar ações para manter o foco e a visibilidade na crise.

Relatório de suspensão de visto: os requisitos para isenção de visto continuam a ser cumpridos, mas são necessárias medidas imediatas para o alinhamento com a política de vistos da UE

A Comissão [apresentou](#) o seu [quinto relatório](#) sobre o acompanhamento do regime de isenção de vistos da UE com a Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Macedónia do Norte e Sérvia, bem como com a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia. Todos os países envolvidos continuam a cumprir os requisitos de liberalização de vistos e fizeram progressos no cumprimento das recomendações do ano passado. O relatório concentra-se nas ações tomadas para atender às recomendações feitas pela Comissão no Quarto Relatório sobre o Mecanismo de Suspensão de Vistos do ano passado para garantir o cumprimento contínuo dos requisitos de liberalização de vistos. O relatório também destaca as áreas em que são necessários mais esforços de cada país.

Rotas de migração: Comissão propõe plano de ação para cooperação com os Balcãs Ocidentais para enfrentar desafios comuns

A Comissão Europeia [apresentou](#) um [Plano de Ação da UE para os Balcãs Ocidentais](#). Este Plano de Ação surge na sequência do Conselho Extraordinário de Justiça e Assuntos Internos (Assuntos Internos) de 25 de novembro, onde os Ministros se comprometeram a implementar o Plano de Ação da UE para o Mediterrâneo Central, proposto pela Comissão em 21 de novembro.

O Plano de Ação para os Balcãs Ocidentais identifica 20 medidas operacionais estruturadas em 5 pilares: (1) reforço da gestão das fronteiras ao longo das rotas; (2) procedimentos de asilo rápidos e capacidade de acolhimento de apoio; (3) combate ao contrabando de migrantes; (4) melhorar a cooperação de readmissão e retornos, bem como (5) alcançar o alinhamento da política de vistos. As

medidas centram-se no apoio ou nas ações dos parceiros dos Balcãs Ocidentais e na ação na UE. Destina-se a fortalecer a cooperação em migração e gestão de fronteiras com parceiros nos Balcãs Ocidentais à luz de seu status único com perspectiva de adesão à UE e os seus esforços contínuos para se alinhar com as regras da UE.

O Plano de Ação estabelece uma série de medidas para reforçar o apoio da UE aos Estados-Membros que enfrentam uma pressão migratória crescente ao longo das rotas dos Balcãs Ocidentais. Os movimentos irregulares ao longo das rotas dos Balcãs Ocidentais aumentaram significativamente este ano devido a vários fatores, incluindo pressões económicas e insegurança resultante de conflitos em curso. O não alinhamento do regime de isenção de vistos com a política de vistos da UE também contribui para um número crescente de pessoas que chegam diretamente de avião aos países dos Balcãs Ocidentais e seguem para a UE. A estreita cooperação com os nossos parceiros dos Balcãs Ocidentais é essencial para enfrentar estes desafios migratórios partilhados.

Gâmbia: Conselho aumenta a taxa de visto devido à falta de cooperação na readmissão

O Conselho [adotou](#) uma [decisão de implementação](#) que aumenta a taxa de visto aplicada aos nacionais da Gâmbia para 120 euros, visando melhorar a cooperação da Gâmbia no retorno e readmissão de seus próprios nacionais.

A decisão é uma resposta à falta de melhorias substanciais e sustentadas na cooperação em readmissão com a Gâmbia. Em particular, a cooperação em matéria de identificação e retorno continua a ser um desafio, o prazo estabelecido pelo acordo de readmissão UE-Gâmbia não foi respeitado e uma moratória unilateral sobre retornos por voos charter permaneceu em vigor até março de 2022.

Esta decisão vem juntar-se às medidas já adotadas pelo Conselho em outubro de 2021.



Tecnologia, informática e comunicações

"Guião para a Década Digital": Conselho adota programa fundamental para a transformação digital da UE

O Conselho [adotou](#) o **Programa para 2030 intitulado "Guião para a Década Digital"**, que assegura que a UE cumpre os seus objetivos de transformação digital em consonância com os valores da UE.

A decisão visa **reforçar a liderança digital da UE** através da promoção de políticas digitais inclusivas e sustentáveis que beneficiem os cidadãos e as empresas. Para o efeito, estabelece as **metas digitais concretas** que a UE e os seus Estados-Membros pretendem alcançar até ao final da década em quatro domínios: reforço das **competências** digitais e educação; **infraestruturas digitais** seguras e sustentáveis; transformação digital das **empresas**; e, digitalização dos **serviços públicos**.

O programa introduz uma nova forma de governação baseada na **cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão**, a fim de assegurar que a União concretize coletivamente a sua ambição. A iniciativa permitirá que os países da UE trabalhem em estreita colaboração e congreguem recursos, a fim de realizar progressos em matéria de **capacidades** e tecnologias **digitais** que os Estados-Membros não conseguiriam alcançar sozinhos. O objetivo último é levar a cabo uma **transformação digital** que capacite os cidadãos e as empresas, em consonância com os valores da UE.

A decisão clarifica várias definições relacionadas com os **objetivos gerais** do programa, com ênfase no reforço dos direitos fundamentais, da transparência e da segurança, bem como na promoção das competências digitais. Para alcançar estes objetivos comuns, os Estados-Membros trabalharão em conjunto, avaliando os progressos realizados e tomando medidas sempre que necessário.

A Comissão elaborará **trajetórias a nível da UE** para cada uma das metas digitais, em conjunto com os Estados-Membros, e estes delinearão **trajetórias nacionais** e **roteiros estratégicos** para o cumprimento dessas metas, que deverão ser avaliados em 2026. Os progressos serão aferidos com base no **índice de digitalidade da economia e da sociedade** (IDES) e avaliados no **relatório anual** da Comissão sobre o estado da Década Digital.

A decisão desenvolve também o conceito de **projetos plurinacionais** que preveem uma maior cooperação e investimento partilhado para ajudar a alcançar os objetivos. Estes são projetos de grande envergadura que **congregam recursos da UE, nacionais e privados** que visam alcançar progressos que nenhum Estado-Membro conseguiria alcançar individualmente.

O programa facilitará os **investimentos** em domínios como a computação de alto desempenho, infraestruturas e serviços de dados comuns, cadeias de blocos, processadores de baixa potência, corredores de 5G pan-europeus, parcerias de alta tecnologia para as competências digitais, infraestruturas de computação quântica seguras e redes de centros de cibersegurança, administração pública digital, instalações de ensaio e polos de inovação digital.

A decisão prevê igualmente um **mecanismo de cooperação** eficaz entre os Estados-Membros e a Comissão com vista à realização dos objetivos do programa.

O texto da decisão será publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* nos próximos dias e entrará em vigor no **vigésimo dia** após a sua publicação.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2022 e 2023.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa](#)

[Conjunto da CE](#) | [OCM – Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | [ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | [OMC – Organização Mundial do Comércio](#) | [OMS – Organização Mundial de Saúde](#) | [ONU – Organização das Nações Unidas](#) | [PAC – Política Agrícola Comum da UE](#) | [PE – Parlamento Europeu](#) | [PES – Partido Socialista Europeu](#) | [PME – Pequenas e médias empresas](#) | [PPE – Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | [Q&A – Perguntas e Respostas](#) | [QFP – Quadro Financeiro Plurianual da UE](#) | [RIS – Regional Innovation Scoreboard](#) | [RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | [S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | [UE – União Europeia](#) | [TCE – Tribunal de Contas Europeu](#) | [TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | [TJUE – Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!